

Devastação na Cantareira: 1 milhão de árvores por ano

Por causa da omissão das autoridades, perde-se a cada quatro anos uma área florestal equivalente à do Parque Ibirapuera. No total, 66 loteamentos estão estabelecidos na região

A cada 16 dias, o satélite LandSat passa por São Paulo e registra cenas que a maioria dos paulistanos não vê. As fotos tiradas pelo satélite mostram a situação crítica em que está a cidade, particularmente a Serra da Cantareira, na Zona Norte, minada pela devastação causada pela incompetência, omissão e corrupção. Com 56 milhões de metros quadrados de Mata Atlântica, tombados pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1994, a região de proteção de mananciais, considerada a maior floresta urbana do mundo, perdeu um milhão de árvores no último ano, levadas pelos tratores que rasgaram a mata para dar lugar aos loteamentos clandestinos.

A polícia estima que, hoje, existam pelo menos 66 loteamentos irregulares nas encostas da serra, lugar em que o Sistema Cantareira produz 52,9% da água que abastece São Paulo e é consumida por 8,9 milhões de pessoas. A cada dia, por causa da total omissão dos órgãos fiscalizadores, novos "empreendimentos" surgem e avançam em direção à mata. A maioria dos loteadores já foi identificada e responsabilizada criminalmente por parcelamento irregular do solo, delito previsto pela Lei Federal 6766/79 e punido com pena de até quatro anos de reclusão.

As fotos do LandSat, analisadas por técnicos do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DPRN), foram a principal arma do promotor William Terra de Oliveira, da Promotoria de Justiça Criminal, para denunciar o ex-administrador regional do Jaconá-Tremembé, Gildo Benício dos Santos, ex-supervisora de Uso do Solo da regional, engenheira Elizabeth Cristina Kalkmann de Oliveira, e o ex-chefe da fiscalização Itamar Leopardi Pinheiro. Segundo as provas conseguidas pelo promotor William Terra, entre elas um laudo de impacto ambiental produzido pelo DPRN, foram esses funcionários da Prefeitura os principais responsáveis pela degradação da Cantareira.

Rede de corrupção

O trabalho do promotor começou em setembro do ano passado, três meses antes de a polícia começar a investigar e a desmontar a rede de corrupção instalada nas administrações regionais. Esse primeiro passo do Ministério Público na direção dos loteadores clandestinos foi o resultado do trabalho da delegada Juliana Godoy Rodrigues, da Divisão de Comunicação Comunitária da Polícia Civil. A policial, que hoje integra a força-tarefa que investiga a máfia dos fiscais, abriu inquérito, na época, para apurar a implantação da Cooperativa Labitare.

A partir desse inquérito, o promotor procurou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e, por meio das fotos do satélite — feitas em agosto de 97 e setembro de 98 —, identificou outros 19 loteamentos clandestinos na Cantareira. O laudo do DPRN apontou que, durante o período em que as fotos foram tiradas, a região perdeu 423 mil metros quadrados de Mata Atlântica — é como se, a cada quatro anos, uma área equivalente ao Parque Ibirapuera fosse devastada. Grande parte dos loteamentos está instalada na chamada "área de exclu-

são", que compreende a área em torno da serra e que serve como uma espécie de proteção à região.

A investigação da Cooperativa Habitacional Labitare levou o Ministério Público a denunciar, além dos funcionários da Prefeitura, os responsáveis pelo loteamento: Gilberto Alves Machado, Rivelino Pereira dos Santos e Lady Jane Urbano da Silva. O terreno, de 60 mil metros quadrados, em nome da Eletro Metalúrgica Sul Americana S/A, foi retalhado em lotes com cerca de 120 metros, vendidos a preços que variam entre R\$8 mil e R\$13 mil. Todos os envolvidos neste caso responderão por seus crimes na 21ª Vara Criminal.

Propinas

As apurações também se aproximaram da Câmara Municipal. Dois assessores do vereador Cosme Lopes (PPB), que controla politicamente a região do Jaconá e Tremembé, foram citados nas informações recolhidas pela polícia. Wilson Roberto Fernandes e Carlos Roberto Machado, conhecido como *Carlão*, foram envolvidos em denúncias de recebimento de propina dos loteadores do Labitare. Os próprios moradores confirmam: várias vezes, Wilson Fernandes foi até a cooperativa habitacional em um carro Uno, cor de vinho, de propriedade da regional do Jaconá: "A gente achava que ele era fiscal."

O vereador afastou os dois funcionários e informou, na polícia, desconhecer a ligação deles com a corrupção. Mas tanto *Carlão* quanto Wilson Fernandes sempre foram considerados homens muito próximos e de total confiança de Cosme Lopes, segundo fontes ouvidas pela polícia. Lopes batizou a filha de Fernandes, que controlava até a conta bancária do vereador.

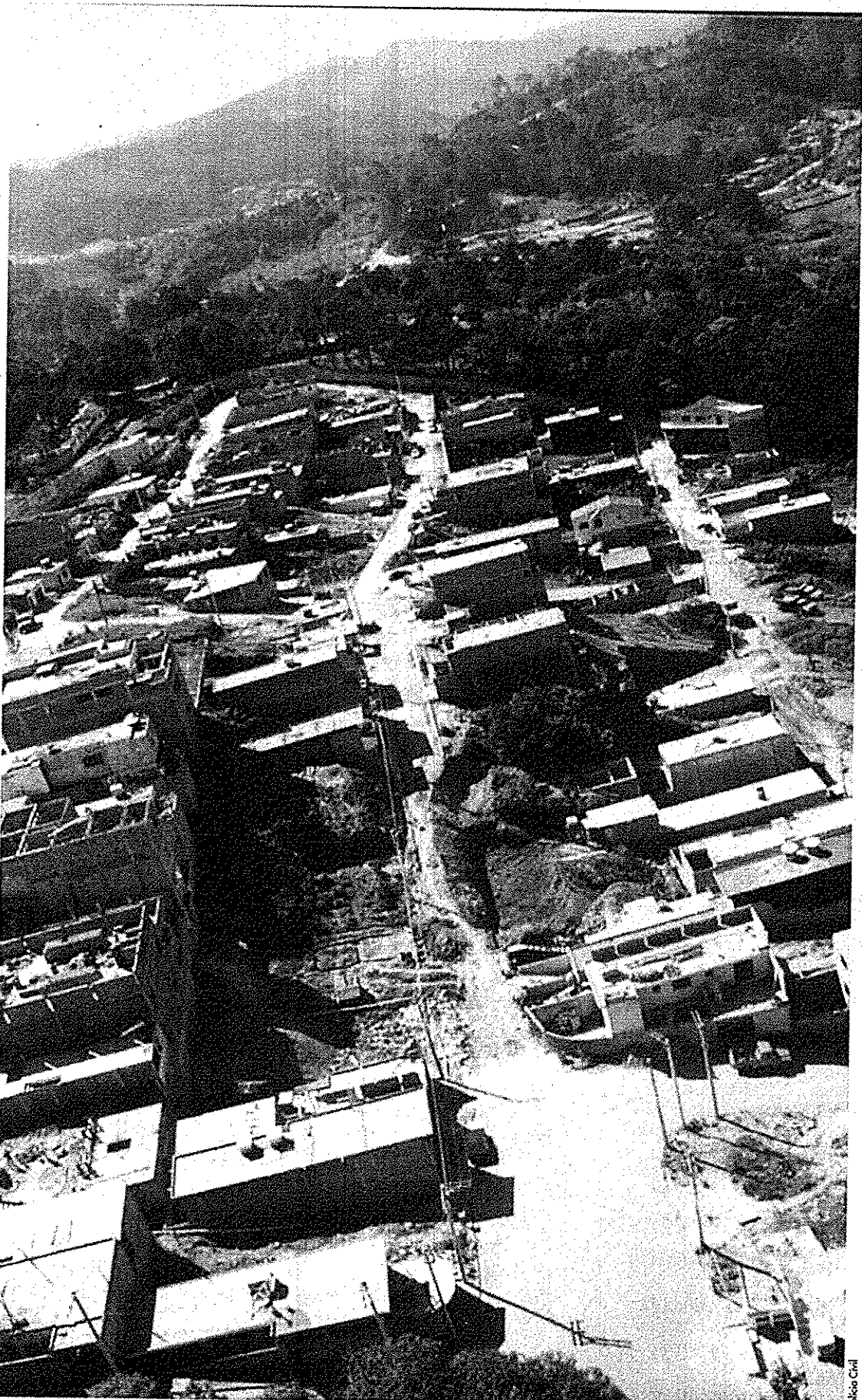
Na opinião de William Terra, mais culpados que os loteadores clandestinos são os funcionários da administração regional: "Os loteamentos só foram implantados porque houve omissão." E, para o promotor, mais grave que cometer um crime contra a administração pública, é causar danos irreversíveis ao meio ambiente: "Uma omissão pode atingir apenas os interesses da administração. Mas pode ir muito além, ferindo os interesses públicos." Embora indiciados pela Polícia Civil, eles continuam trabalhando na Prefeitura, transferidos para a regional de Santana.

Por isso, além da pena de até cinco anos de reclusão, se Gildo Benício, Elizabeth Kamickmann e Itamar Leopardi forem condenados pela Justiça, também terão seus bens bloqueados e a obrigação de reparar os danos ambientais. "Além da perda da qualidade de vida, por causa do adensamento de uma área preservada, haverá reflexo na saúde pública e até na segurança, já que uma região degradada propicia picos de criminalidade", aponta o promotor.

Marinês Campos



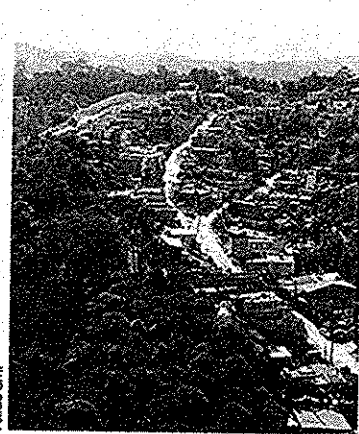
Dois assessores do vereador Cosme Lopes, que controla a AR-Jaconá, são acusados de envolvimento no esquema



LEI DA MOTOSSERRA: loteamentos clandestinos na região atingem área de proteção de mananciais



CUMPLICIDADE: polícia investiga esquema de corrupção na Prefeitura que beneficia donos de lotes



Com 56 milhões de metros quadrados de Mata Atlântica, a região é considerada a maior floresta urbana do mundo

Como a máfia agia na região

Segundo a polícia, o ex-supervisor de obras Rubens Basílio recebia propina para pavimentar ruas entre lotes com recursos da Prefeitura

À medida que seguiu adiante nas investigações, a polícia identificou outro funcionário da Prefeitura envolvido no esquema de corrupção. O engenheiro Rubens Basílio da Silva, ex-supervisor de obras da regional do Jaconá, foi acusado de receber propina do loteamento Sociedade Organizadora Amigos do Jardim Joana D'Arc e de ser o responsável pela pavimentação das ruas abertas entre os lotes clandestinos, utilizando recursos da própria Prefeitura.

Além disso, há um motivo a mais para agravar a situação do ex-supervisor de obras na Justiça: segundo denúncias que chegaram à polícia, o engenheiro estabeleceu o próprio loteamento, o Condomínio Jardim das Furnas, usando como fachada a Associação Estrela da Manhã, além de atender pessoalmente os interessados na compra dos lotes e, como funcionário graduado da regional, garantir a regularização dos terrenos em pouco tempo.

A delegada Juliana Godoy, aos poucos, descobriu também que, por trás das associações e cooperativas "sem fins lucrativos", constituídas para vender os lotes, se escondem quase sempre as mesmas pessoas. "Em uma associação, a pessoa aparece como presidente. Na outra, é vice-presidente e, em uma terceira, aparece como tesoureiro", diz a policial.

Loteador preso

Um exemplo é do ex-vendedor do Mappin Carlos Roberto Bauerl — ele se apresenta como comerciante —, envolvido com a Sociedade Joana D'Arc, a Cooperativa Labitare e a Cooperativa Brasil Novo, além de ser dono da gleba onde foi fixado o loteamento da Sociedade Vila Rica. Ele foi preso na semana passada e indiciado por corrupção ativa pelo delegado Renato Ferreira, integrante da força-tarefa que investiga a máfia dos fiscais. Na semana passada, depois de vencidos os cinco dias da prisão temporária, Bauerl foi colocado em liberdade.

A delegada também apurou que, em seus casos, são os próprios donos das terras — diante da impossibilidade de vender as áreas recobertas com Mata Atlântica — quem criam as associações e se escondem atrás das entidades de fachada para a venda dos lotes. "Só no loteamento Flor de Maio, por exemplo, já foram construídas 1.500 casas", enumera a policial.

Segundo ela, a Prefeitura se tornou cúmplice da irregularidade a partir do momento em que incentivou esse tipo de crime, promovendo anistias a loteamentos clandestinos e providenciando ligações de água e luz: "Era tão conveniente que as reuniões realizadas nas sedes das associações eram frequentadas por pessoas-chave da regional."

Os loteamentos irregulares, além de fazer prosperar a rede de corrupção e destruir o meio ambiente, também tem servido a interesses de outro tipo de aproveitadores: durante as campanhas eleitorais, é lá que aparecem candidatos — principalmente a uma vaga na Câmara Municipal — fazendo promessas de regularização dos lotes em troca de algumas centenas de votos. (M.C.)